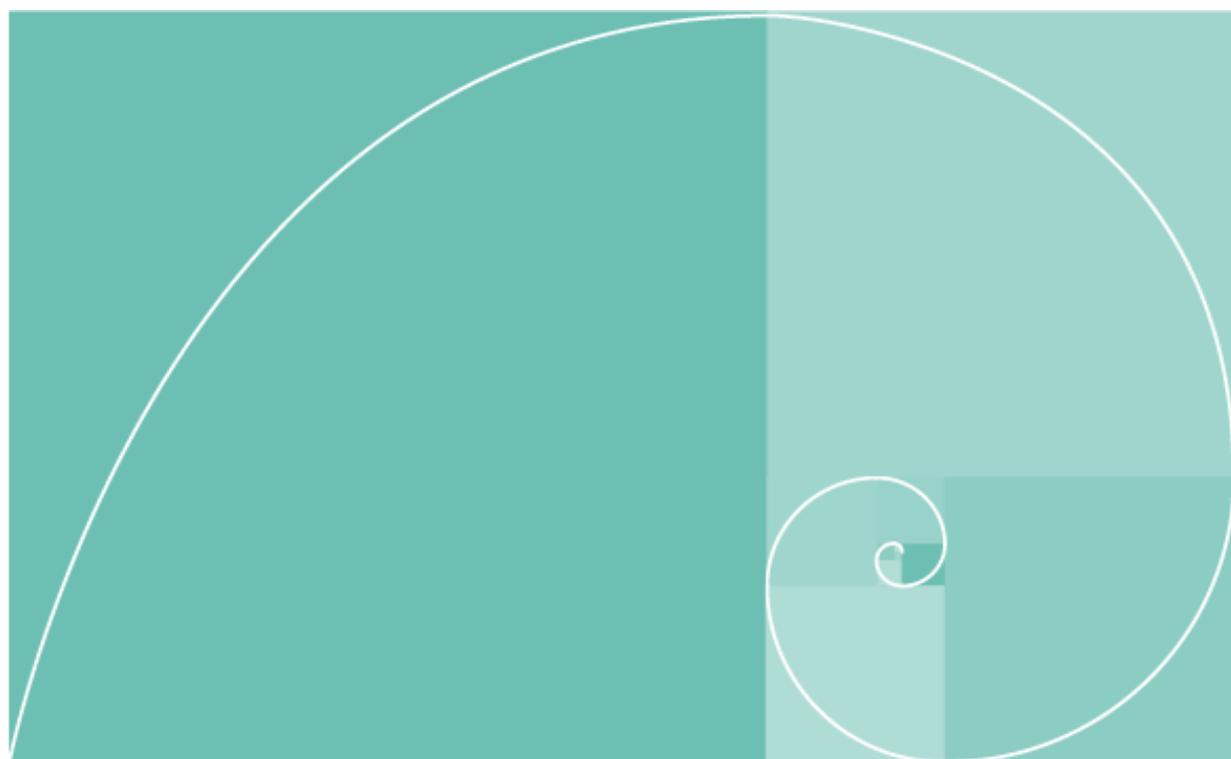




informe.de
pesquisa

NÚMERO

09



Violência e indisciplina em uma escola de território vulnerável: análise exploratória de relatos de livros de ocorrências

**CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas
em Educação, Cultura e Ação Comunitária**

R. Minas Gerais, 228
Higienópolis - São Paulo SP
<http://www.cenpec.org.br>

Presidente do Conselho de Administração

Maria Alice Setubal

Superintendente

Anna Helena Altenfelder

Coordenador de Desenvolvimento de Pesquisas

Antônio Augusto Gomes Batista

Coordenadora-adjunta de Desenvolvimento de Pesquisas

Vanda Mendes Ribeiro

Elaboração do texto do Informe

Maria Helena Bravo
Cláudia Lemos Vóvio
Vanda Mendes Ribeiro



Apoio

Fundo de Pesquisa Educação para o Século XXI

Informes de Pesquisa

Os *Informes de Pesquisa* têm por objetivo apresentar resultados parciais de investigações em andamento realizadas pelo Cenpec ou por seus parceiros. Procuram, por meio de uma linguagem sintética e objetiva, propiciar o debate – antes da publicação da versão final dos trabalhos – entre pesquisadores, educadores e gestores, como uma forma de aprimorá-los.



informe.de pesquisa

São Paulo

Cenpec

Dezembro, 2014

Sumário

Resumo-executivo.....	5
Introdução	7
Violência e disciplina na escola: uma breve abordagem	8
Análise e resultados.....	12
Considerações finais.....	17
Referências	18

Violência e indisciplina em uma escola de território vulnerável: análise exploratória de relatos de livros de ocorrências

Resumo-executivo

Este informe visa analisar, de modo exploratório, relatos de livros de ocorrências de uma escola pública situada em um território vulnerável da periferia do município de São Paulo, com base nas contribuições e proposições de pesquisas sobre violência escolar e indisciplina.

Para tal, coletou-se uma série histórica, de 2007 a 2013, de livros de ocorrências de uma escola municipal de São Paulo. No total, foram analisadas 2.550 ocorrências. Por se tratar de um instrumento de gestão escolar (instituído pela Portaria SME 1358/2007), esses livros foram considerados meios de obter informações sobre a visão da equipe da escola a respeito dos acontecimentos que conturbam seu ambiente. Embora haja ocorrências de diversas ordens, a análise centrou-se naquelas que dizem respeito à disciplina e à violência escolar, de acordo com os conceitos definidos à luz da literatura utilizada. As categorias centrais de análise utilizadas foram:

- *Violência na escola* (física, verbal ou depredação do patrimônio) – situações que, apesar de ocorrerem na escola, não envolvem diretamente os representantes oficiais dessa instituição, sendo que os alunos são os principais protagonistas dos conflitos.
- *Violência à escola* (física, verbal ou depredação do patrimônio) – situações nas quais os beneficiários (alunos) efetivam atos de violência contra o patrimônio ou representantes da instituição escolar.
- *Violência da escola* (física ou verbal) – situações em que os representantes da escola se envolvem em casos de agressão contra os beneficiários da instituição escolar.
- *Indisciplina* – ocorrências causadas por comportamentos dos alunos que se insurgem contra regras, mas que não implicam agressão física, ao patrimônio ou agressão moral.

Os principais resultados são:

- (I) A maioria das ocorrências registradas nos livros refere-se a episódios de *violência na escola*, de ordem física e moral, e de *indisciplina*.

- (II) A *violência na escola* abarca 35,67% dos casos, sendo que o número de agressões físicas suplanta as verbais em 25 pontos percentuais. Esse tipo de violência se dá, sobremaneira, em momentos e espaços “menos controlados” pela instituição escolar.
- (III) A *indisciplina* abarca 18,10% dos casos. A análise dessas situações mostra que a quase totalidade delas é registrada a partir da perspectiva de professores, funcionários e equipe de gestão, o que faz com que, apesar de claramente disciplinares quando se consideram as categorias de classificação utilizadas neste texto, estejam registradas como se fossem casos de violência.
- (IV) A maior parte dos casos de *violência à escola* se expressa nos livros por meio da depredação do patrimônio.
- (V) Quando se averigua a situação das ocorrências ano a ano, chama a atenção o fato de que somente em um ano (2013) a agressão moral *à escola* tenha suplantado significativamente a agressão moral *da escola*. Ou seja, percebe-se uma tendência maior de notação de agressão moral efetivada pelas representantes da escola em direção aos beneficiários do que o contrário.
- (VI) A maioria das ocorrências que envolvem alunos apresenta como consequência a convocação dos familiares à escola, o que pode ser compreendido como uma estratégia de envolvimento das famílias na busca de soluções para essas situações. Mas pode indicar também certa dificuldade da escola em solucionar o problema no âmbito de suas competências.

Decorrente dessas questões coloca-se, dentre outras, a demanda de exploração e compreensão da relação entre a violência da escola, a violência à escola, a indisciplina e a produção da desigualdade escolar, apontando para a necessidade de se verificar o perfil socioeconômico dos alunos sobre os quais recaem ações de violência moral e daqueles que tomam parte de situações de indisciplina, bem como analisar, de forma qualitativa, cada uma das situações classificadas nessas categorias, buscando identificar similaridades e distinções. Este trabalho também reitera a importância do apoio de órgãos administrativos da Secretaria Municipal de Educação no sentido de oferecer condições para que escolas localizadas em territórios vulneráveis consigam fazer face àquilo que consideram ser objeto de conturbação de seu ambiente, contribuindo para a solução de problemas, para engendrar representações sobre violência escolar e (in)disciplina favoráveis à compreensão e distinção desses fenômenos, e também para beneficiar ambientes nos quais se dá o processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Violência escolar. Indisciplina. Ambiente escolar. Clima escolar.

Introdução

Este informe trata de resultados parciais da pesquisa “Relações de Interdependência Competitiva entre Escolas e Qualidade das Oportunidades Educacionais”, em andamento, sob coordenação do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Visa analisar, de modo exploratório, relatos de livros de ocorrências de uma escola pública situada em um território vulnerável¹ da periferia do município de São Paulo, com base nas contribuições e proposições de pesquisas sobre violência escolar e indisciplina. Há um conjunto significativo de problemáticas socioeducacionais que afeta escolas situadas em territórios de alta vulnerabilidade social. A violência, a indisciplina e situações que conturbam o ambiente escolar representam uma parcela desse conjunto e são temáticas relevantes para compreender o que se passa nessas instituições em relação às matrículas, ao acolhimento e às transferências de certos alunos. Alguns estudos sobre seleção e evitamento de alunos e processos de remoção de profissionais da educação mostram que as representações desses profissionais sobre o comportamento desses alunos interferem nas suas decisões sobre remoção. Ademais, essas mesmas representações contribuem para que alguns alunos não acessem determinadas escolas ou sejam transferidos (ALVES; BATISTA, 2012; ALVES et. al., 2103; TORRES et. al., 2008). Relacionados a essas dinâmicas, há, ainda, estudos que afirmam que escolas de territórios vulneráveis encontram dificuldades para desenvolver estratégias capazes de lhes inserir de forma mais favorável no mercado de escolhas de profissionais e de famílias preocupadas com a escolarização de seus filhos, o que termina por reforçar seus problemas. De acordo com tal perspectiva, isso ocorre porque essas escolas vivenciam ambientes muito conturbados (VAN ZANTEN, 2005).

Para este estudo, coletou-se uma série histórica de livros de ocorrência, de 2007 a 2013. Trata-se de um documento escolar que faz parte do conjunto de livros oficiais das escolas municipais de São Paulo, instituído pela Portaria SME 1.358/2007, que dispõe sobre esses documentos no âmbito das unidades educacionais desta rede de ensino. Pressupomos que, por se tratar de um instrumento da gestão escolar, permite apreender o que, na visão das

¹ Território é definido, como proposto por Santos (1999), como espaço humano e habitado, que não abrange simplesmente um conjunto de formas naturais, mas sistemas naturais e artificiais, socialmente originados, junto com pessoas, instituições sociais e empresas, agindo em fluxo permanente e em relação de interdependência. Desse modo, territórios vulneráveis seriam aqueles nos quais agentes e instituições encontram-se sujeitos a riscos de diversas naturezas e que “não dominam um conjunto amplo de recursos socialmente produzidos que lhes permitam fazer frente às forças e circunstâncias da sociedade que determinam suas vidas; aproveitar as estruturas de oportunidade criadas pelo mercado, Estado e pela sociedade; tomar decisões voluntárias para satisfazer suas necessidades, desenvolver suas potencialidades e realizar seus projetos” (ÉRNICA; BATISTA, 2011, p. 26).

equipes e profissionais da escola, conturba o ambiente, bem como identificar os demais atores envolvidos nessas situações.

A análise compreende as ocorrências registradas de 2007 a 2011 e 2013 e, de modo parcial, as de 2012². Embora, em sua finalidade, os relatos possam abarcar uma gama variada de fatos do cotidiano escolar, focalizamos aqueles que dizem respeito à disciplina e à violência escolar. Os estudos sobre esses temas asseveram a necessidade de distingui-los como dois fenômenos distintos, o que orientou a seleção e classificação dos registros a partir das definições e categorizações apresentadas por Sposito (1998, 2001), Charlot (2002), Silva Neto (2011) e Debarbieux (2001, 2002).

Violência e disciplina na escola: uma breve abordagem

Para Abramovay (2006), o conceito de violência é variável e relativo, por se configurar como uma construção histórica e cultural sujeita, portanto, a deslocamentos de sentido no tempo e no espaço social. Datam do início do século passado as premissas de uma reflexão sistemática sobre a sociologia da violência e da disciplina na escola, propostas por Émile Durkheim (1902). Para o autor, “a educação consiste numa socialização metódica das novas gerações” (DURKHEIM, 1952, p. 32), na qual a introjeção da regra é uma das funções da escola, evidenciando a necessidade de uma disciplina escolar, de acordo com as condutas recomendadas para a convivência social submetida às regras da moral. Para Durkheim, como destaca Sposito (2003), a moral era essencialmente racional e de fundamento social, sendo, portanto, passível de ser ensinada. Debarbieux (2001, p. 165) afirma que tais ideias forneceriam o referencial analítico a partir do qual os primeiros trabalhos sobre violência seriam conduzidos.

[A] violência dos alunos, num primeiro momento, poderia ser considerada ou como uma resistência à opressão sofrida – legítima (na perspectiva “civilizadora” durkheimiana) ou não –, ou, ao contrário, como uma violência integrante, papel deixado ao irracional num sistema que toma a desordem para fazer a ordem.

Autores puderam afirmar que a universalização do acesso à escola não necessariamente resultou em sua democratização, uma vez que as condutas de convivência social próprias de uma determinada moral tornariam mais difícil a integração de novos públicos. Em decorrência, o desrespeito à norma se tornaria progressivamente menos tolerado e mais suscetível a punições. Tal fenômeno, se compreendido em conjunto, seria nomeado então, nos escritos de Bourdieu e Passeron (1975, p. 19), como violência simbólica, pois, ao impor

² Até a finalização deste estudo, não tivemos acesso à totalidade das ocorrências do ano de 2012.

ao conjunto de alunos “significações consideradas legítimas por determinados grupos sociais, dominantes, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força”.

Ao mostrar a complexidade da violência simbólica no processo de reprodução das desigualdades sociais na qual a escola teria papel importante, Bourdieu e Passeron (1975) propiciaram novas formas de compreensão do fenômeno da violência e também da disciplina na escola. Observe-se que o fenômeno refere-se a relações sociais anteriores aos próprios indivíduos, com as quais eles deparam ao viver em sociedades em que o conflito e a desigualdade social lhes são constituintes.

À luz dos estudos sobre a violência simbólica, Crubellier (1979) considerou que a violência dos alunos seria uma resistência às normas dominantes. As reações de afrontamento e oposição teriam a intenção de “frear” a ação hostil da escola diante da cultura juvenil. Dessa maneira, a violência escolar estaria compreendida como reação a uma violência da escola. A instituição, nesta ótica, reproduz as normas e regras sociais propícias aos grupos dominantes, e a violência dos alunos é então compreendida como uma reação legítima a essa violência institucional.

A mudança de paradigma perante a legitimação da violência juvenil, transformando-a em delinquência juvenil passível de prevenção, estaria, para Debarbieux (2002), vinculada à opinião pública, quando esta, manipulada pela mídia e pelos poderes políticos, projeta um “olhar reparador” a partir do qual a escola teria um papel a desempenhar. Nesse contexto de inquietude social e política da década de 1980 são produzidos os primeiros relatórios sobre a crescente violência na escola tanto nos países europeus quanto no Brasil, fixando-se compreensões sobre suas repercussões tanto para a instituição escolar como para a sociedade.

Especificamente relacionado ao contexto brasileiro, Sposito (2001, p. 90), em balanço da produção sobre violência escolar no Brasil, argumenta ter sido após o início da implementação de políticas educacionais voltadas à universalização da educação escolar que eclodiram no país, por parte das escolas públicas, demandas no sentido de serem “protegidas, no seu cotidiano, de elementos estranhos, os moradores dos bairros periféricos, atribuindo a eles a condição de marginais ou delinquentes”. Ou seja, a autora argumenta que foi no momento de expansão do sistema educacional junto aos grupos sociais menos favorecidos que tiveram início as falas sobre a ampliação da violência contra a escola. Estudos posteriores indicaram que, para além dessa violência externa aos muros das escolas, produzia-se no país a violência própria da instituição³.

³ Guimarães (1984, 1990) utilizou-se de aproximações qualitativas, enfocando a violência dentro de unidades escolares. Costa (1993), Rodrigues (1994), Paim (1997) e Guimarães (1995) apresentam pesquisas relacionadas à influência do tráfico de drogas e da disputa

Apesar de um termo polissêmico, Sposito (1998, p. 61) define violência como “todo ato que implica ruptura de um nexos social pelo uso da força” e, nesse sentido, completa que

Nega-se, assim, a possibilidade da relação social que se instala pela comunicação, pelo uso da palavra, pelo diálogo e pelo conflito. Mas a própria noção encerra níveis diversos de significação, pois os limites entre o reconhecimento ou não do ato como violento são definidos pelos atores em condições históricas e culturais diversas.

A autora (1998, p. 3) aponta como passível de investigação “o modo como, no âmbito da instituição escolar, são construídas as definições que designam e normalizam condutas – violentas ou indisciplinadas – por parte dos atores envolvidos”.

Charlot (2006, p. 20) afirma que a violência escolar é aquela que “remete a fenômenos ligados à especificidade da escola”. O autor pondera ser necessário compreender as escolas para, então, descortinar o fenômeno da violência que ali se produz. As pesquisas de Camacho (2001) e Corti (2002) consideraram também ser necessário compreender as instituições para tratar de um fenômeno cuja significação remete ao contexto, comportando diferentes situações e intensidades.

Embora esses autores apregoem a necessidade de compreender os contextos para atribuir sentido à violência na escola, é preciso reconhecer que essa discussão também se coloca, desde Bourdieu, no centro das tensões relativas à produção da desigualdade escolar e da relação desta com a desigualdade social. Dubet (2001) afirma que a violência escolar e a indisciplina podem ser compreendidas como algumas das reações possíveis dos alunos que não conseguem bons resultados na escola, como meio de afirmar sua existência num sistema que faz uso da justiça meritocrática, que os classifica como perdedores, sendo os ganhadores aqueles que têm bom desempenho. Considerando a correlação entre desempenho escolar e nível socioeconômico notificada por Coleman (2008) ainda nos anos 60, pode-se intuir de antemão que ao fazer uso da justiça meritocrática a escola individualiza um fracasso que, na verdade, está relacionado a uma situação de origem sobre a qual as crianças, adolescentes e jovens não têm governabilidade (a vulnerabilidade social, por exemplo).

Voltando à questão das definições, Charlot (2002) ilumina o debate ao diferenciar distintos tipos de violência escolar. Em suas palavras,

pelos territórios nos morros na violência escolar do Rio de Janeiro. Cardia (1997) apresenta investigações sobre os efeitos da percepção da violência nos bairros e seus possíveis efeitos sobre a vida escolar. Castro (1998) discute, em seu mestrado, as representações de crianças e adolescentes a respeito da violência. Candau (1999) estudou o tema da violência escolar no universo dos professores da rede pública. Laterman (2000) foi responsável por uma investigação em duas escolas marcadas pela sensação de caos e de deterioração do clima diário das interações. Camacho (2001) examina o tema da violência escolar na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo.

Violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local. **Violência à escola** está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violência que visa diretamente à instituição e aqueles que a representam. Essa violência contra a escola deve ser analisada com a **violência da escola**: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas) (CHARLOT, 2002, p. 434, grifos nossos).

Considerando, portanto, essas definições, as reações dos alunos à produção da desigualdade escolar, discutidas por Dubet (2001), poderiam ser incluídas na categoria violência à escola. Já a ação da escola nessa produção da desigualdade poderia ser incluída na categoria violência da escola. Sposito (1998) e, posteriormente, Camacho (2001) ponderam que os diversos usos e significados da palavra violência, principalmente quando utilizados ao lado de termos correlatos como indisciplina, permitem alterações nos significados correntes sobre as ações escolares, tornando aquelas, antes aceitas e corriqueiras, violentas ou vice-versa. Atos de violência se confundem, se interpenetram e se inter-relacionam com a agressão de modo geral e com a indisciplina, trazendo, assim, a necessidade de diferenciá-los. Para fins deste artigo, será utilizado o conceito de indisciplina proposto por Silva Neto (2011), que a define como desrespeito às regras, incivildades, rebeldia, insurreição, entre outros, mas que não envolve situações de agressão física e moral ou depredação do patrimônio.

Indisciplina e violência na escola encontram-se associadas nos estudos aqui mencionados porque ambas tratam das relações de indivíduos no espaço de uma instituição social constituída por representações e relações sociais mais amplas. Diante de situações, normas ou regras sociais os indivíduos se comportam, muitas vezes, assimilando-as, quebrando-as ou mesmo efetivando bruscas rupturas que podem inclusive ensejar a impossibilidade do diálogo e da convivência, casos em que se chega a situações de agressão. Esses fenômenos, na literatura, podem ser compreendidos de diversos modos: como reação à tentativa considerada legítima, por parte da instituição, de introjetar valores e regras voltados à convivência social; como reação legítima de grupos sociais dominados à tentativa de imposição de regras que favorecem grupos dominantes; como reação à conversão das desigualdades sociais em desigualdades escolares, dinâmica sobre a qual os alunos não têm governabilidade.

Importante ainda lembrar que para as referências aqui mencionadas é relevante diferenciar violência escolar e indisciplina para que se possa melhor compreender o que se passa nessa instituição em relação às normas, regras, representações e comportamentos.

Análise e resultados

A complexidade das situações cotidianas de violência e indisciplina enfrentadas na escola cujos dados são aqui analisados evidencia-se por meio dos registros contidos nos livros de ocorrência, abrindo um leque infindável de leituras, problematizações e compreensões. Foram inventariadas 2.550 ocorrências, transcritas de modo sumarizado para fins de análise. Nesta etapa, nos propusemos a classificá-las e analisá-las à luz de referências, criando um modelo (Quadro1) e observando variações e permanências sobre o que conturba o ambiente escolar, na visão daqueles que produzem esses registros. Tal modelo conta com cinco grandes categorias (de nível 1) e três subcategorias a elas relacionadas (de nível 2).

Quadro 1: Categorias de análise.

Categoria de nível 1	Subcategorias de nível 2
1. Violência na escola: quando uma ocorrência aconteceu no interior da instituição, mas não envolveu diretamente seus representantes nem depredação do patrimônio. Por essa ótica, este ato de violência poderia então se efetivar em outros espaços de convivência.	Patrimonial
	Física
	Moral ou simbólica
2. Violência à escola: quando uma ocorrência diz respeito a reações ao que representa a instituição escolar.	Patrimonial
	Física
	Moral ou simbólica
3. Violência da escola: quando uma ocorrência expressa uma violência institucional física, moral ou simbólica daqueles que representam a instituição (professores, equipe de gestão ou demais funcionários).	Física
	Moral ou simbólica
4. Indisciplina: ocorrências causadas por comportamentos dos alunos que se insurgem contra regras, mas que não implicam em agressão física, ao patrimônio ou agressão moral. Não contém subcategorias de nível 2.	
5. Outros: situações que não puderam ser abarcadas pelas anteriores e cujo conteúdo foge ao objeto de estudo. Não contém subcategorias de nível 2.	

Fonte: Elaboração própria.

Todas as ocorrências foram classificadas de acordo com as categorias estabelecidas, e quantificadas. À medida que nos apropriávamos de seus conteúdos, observamos detidamente suas características e as comparamos. Cabe observar que situações de quebra de rotina escolar foram classificadas na categoria *Outros* e abarcam relatos de atrasos, dispensas de alunos, problemas no cumprimento de projetos ou programas sociais (por exemplo, a entrega do leite), dentre outras semelhantes. Durante a análise, advindas das diferentes subcategorias de nível 2, foram criadas subcategorias de nível 3 de modo a contemplar a diversidade de ocorrências registradas nos livros de ocorrências, totalizando

46 formas de classificação. Além disso, considerando certos indícios, inventariamos questões que merecem ser pesquisadas com base em um maior conhecimento do contexto da escola e da escuta de atores envolvidos.

Inicialmente, apresentamos a quantificação e categorização dos eventos, na Tabela 1. Posteriormente, discutimos conteúdos e vislumbramos questões que nos orientarão na geração de novos dados para compreender as dinâmicas da escola estudada e suas relações com o território no qual se encontra.

Tabela 1: Ocorrências classificadas segundo as categorias (em n.)

Anos	Violência NA escola			Violência À escola			Violência DA escola		Indisciplina	Outros	Total
	Patrimonial	Física	Moral	Patrimonial	Física	Moral	Física	Moral			
2007	6	25	15	6	1	3	2	11	15	47	131
2008	7	42	5	6	0	5	1	15	40	202	323
2009	4	125	67	27	3	7	4	7	135	248	627
2010	9	204	120	16	1	16	2	14	106	246	734
2011	4	22	3	1	1	2	0	0	80	21	134
2012	0	6	1	0	1	1	0	0	1	8	18
2013	12	145	118	18	1	16	2	4	100	252	668
Total	42	569	329	74	8	50	11	51	477	1.024	2.635
	940			132			62				

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode observar, depois da categoria *outros*⁴, há um maior número de ocorrências relacionadas à *violência na escola*, abarcando 35,67% dos casos. Trata-se de um tipo de violência que ocorre na escola, mas não envolve diretamente os representantes dessa

⁴ Embora a maior parte das ocorrências esteja classificada na categoria *outros*, a análise estará focada nas demais, tendo em vista os objetivos deste artigo.

instituição (professores, equipe de gestão ou demais funcionários), nem depredação do patrimônio. São ocorrências que dizem respeito à agressão física e verbal: colegas que se batem, xingamentos e ameaças entre crianças, adolescentes, jovens e adultos⁵. Quando comparados, o número de agressões físicas, classificadas na categoria violência na escola, suplanta o de agressões verbais em 25 pontos percentuais. A maior parte desses episódios se dá em momentos e espaços “menos controlados” pela instituição escolar (durante o recreio ou no pátio, por exemplo). Essas constatações geram questões sobre a escola e seus atores. Como os representantes da escola agem diante desses conflitos? Estariam, nos dizeres de Sposito (1998), superestimando o que se passa entre os alunos quando decidem notificá-los? E sendo notados de acordo com os conceitos aqui tratados, estaria a escola evitando o envolvimento para mediação e reparação de conflitos, ocasionando assim a violência física entre os alunos?

A categoria *indisciplina* é a terceira em número de ocorrências, abarcando 18,10% dos casos. Conforme a definição adotada, são relatos nos quais os alunos se insurgem em relação às regras ou normas, sem recorrerem a agressões verbais ou físicas. A análise desses relatos mostra que a quase totalidade deles é registrada a partir da perspectiva de professores, funcionários e equipe de gestão, o que faz com que, apesar de claramente disciplinares quando se consideram as categorias de classificação utilizadas neste texto, estejam registradas como se fossem casos de violência. Essa constatação corrobora os escritos de Camacho (2001) anteriormente apresentados, que apontam para as flutuações nos significados atribuídos à violência e à indisciplina. Essas ocorrências podem estar relacionadas, de um lado, às representações que se constroem sobre os envolvidos e, de outro, aos significados atribuídos a elas, que podem variar muito. Embora os episódios de indisciplina não impliquem o rompimento com a possibilidade de diálogo, podem indicar uma reação dos alunos à violência simbólica da escola.

A maior parte da *violência à escola* está registrada nos livros como sendo expressa por meio da depredação do patrimônio, sendo o número de agressões físicas, nesse caso, menor em relação ao número de agressões morais.

Observando a soma do número dos casos de violência em todos os anos, não se nota grande diferença no que tange às quantidades de ocorrências classificadas nas categorias *violência da escola* e *violência à escola*. Mas quando se averigua a situação ano a ano, chama a atenção o fato de que somente em um ano (2013) a agressão moral *à escola* tenha suplantado significativamente a agressão moral *da escola*. A análise dos livros de ocorrências indica que há um número maior de alunos e familiares sofrendo agressões

⁵ A escola de ensino fundamental abarca também a modalidade Educação de Jovens e Adultos, portanto é esperado que alunos adultos também estejam citados nas ocorrências.

morais por parte de representantes da escola do que o inverso. Essa situação merece destaque, uma vez que são os gestores da escola que decidem o que é registrado nos livros. O esperado, portanto, seria que o número de agressões *à escola* fosse sempre maior, em todos os anos. Os gestores estão tentando proteger os direitos dos alunos, mostrando aos que praticam agressão moral que essa prática não será negligenciada? O que a situação indica sobre a correlação de forças entre quem decide o que deve ser registrado e quem é denunciado como executor de uma agressão moral contra alunos ou familiares?

Cabe ainda mencionar que, tanto quando se considera a categoria *violência à escola* quanto no que diz respeito à categoria *violência da escola*, o número de ocorrências que denota violência moral (constituída nesse caso em boa parte pela agressão verbal) é significativamente superior ao número que denota violência física. Dados que podem indicar que, de fato, a agressão moral seja mais recorrente na escola. Mas pode também denotar que a equipe de gestão se sente mais “autorizada” a relatá-la nos livros de ocorrências, seja quando envolve alunos e familiares, seja quando envolve professores e outros representantes da instituição escolar. Em outras palavras, há, de fato, um número maior de ocorrências do tipo violência moral seja *à escola* seja *da escola*. Essa situação tanto pode ser devida à maior presença da violência moral na escola em comparação à física quanto pode se dar porque há menos filtros para que esse tipo de notação ocorra.

A grande maioria das ocorrências que envolve alunos apresenta como consequência a convocação dos familiares à escola, o que pode ser compreendido como uma estratégia de envolvimento das famílias na busca de soluções para essas situações. No entanto, observamos uma variação nos critérios para essa convocação de familiares, que ora é justificada pelo fato de os alunos em questão estarem envolvidos em brigas e desentendimentos de modo recorrente, ora é justificada por ser a primeira vez que tais alunos se envolvem em conflitos. Quando os pais comparecem à escola por convocação, as medidas giram em torno de “tomar ciência das ocorrências de seu filho”, “conversas conscientizadoras”, aconselhamentos e reforço dos deveres legais para com a criança, encaminhamentos para especialistas ou órgãos responsáveis (com destaque para psicólogos e Conselho Tutelar) ou registro de comprometimento dos pais em “acompanhar de perto seu filho”.

Os resultados desta análise apontam para a diversidade de situações que quebram as expectativas em relação à introjeção de regras e aos comportamentos esperados de alunos, familiares e profissionais, e que conturbam o ambiente escolar.

Considerações finais

Segundo a análise, dentre os tipos de ocorrências são os casos de *violência na escola* e de *indisciplina* aqueles que, quantitativamente, mais conturbam o ambiente da escola participante.

Os casos que envolvem agressão física aparecem em número bem menor tanto quando implica em *violência à escola* por parte de alunos ou familiares, como quando expressa a *violência da escola* em direção àqueles para os quais o seu serviço público é direcionado. Como próximo passo da pesquisa, será interessante verificar se esse dado coincide com a visão de gestores, professores e alunos.

Considerando que a *violência na escola*, na maior parte das ocorrências, se dá em espaços menos controlados e, ainda, conta-se com a forte presença dos familiares como estratégia para resolução dessas situações, algumas questões se abrem para a continuidade da pesquisa. Dentre elas, destacam-se: Qual é o papel do livro de ocorrências e de seus registros na tomada de decisão pela equipe de gestão sobre estratégias necessárias para criar um ambiente escolar favorável? Como os representantes da escola lidam com seu papel de mediadores de conflitos, de coprodutores de regras e de introjeção de valores necessários à convivência social?

A análise desses dados nos leva ainda a novas perguntas. Estaria a percepção sobre os alunos e suas famílias, dos representantes da escola e dos relatores dos livros interferindo na seleção do que é registrado e no modo como se registram as ocorrências? Os casos de violência e indisciplina das escolas têm relação com a produção da desigualdade escolar? Decorrentes dessas questões, outra demanda se coloca para novas explorações dos dados: a compreensão da relação entre a violência da escola, a indisciplina e a produção da desigualdade escolar, à luz do que já foi objeto de estudo de Bourdieu e Passeron (1975) e Dubet (2001). Para tanto, seria importante verificar o perfil socioeconômico dos alunos sobre os quais recaem ações de violência moral e daqueles que tomam parte de situações de indisciplina, bem como analisar, de forma qualitativa, cada uma das situações classificadas nessas categorias, buscando identificar similaridades e distinções.

A partir dos dados de pesquisas que tratam da relação entre vulnerabilidade social e as dificuldades da escola em reter profissionais para uma boa qualidade do ensino (TORRES et. al., 2008) ou em adotar estratégias que tornariam tais escolas mais atrativas (VAN ZANTEN, 2005) e seguras (ALVES et. al., 2013), caberia ainda uma observação. Reitera-se a importância do apoio de órgãos administrativos da Secretaria Municipal de Educação no sentido de oferecer condições para que escolas localizadas nesses territórios consigam fazer face àquilo que consideram ser objeto de conturbação de seu ambiente, contribuindo

para a solução de problemas, para engendrar representações sobre violência escolar e (in)disciplina favoráveis à compreensão desses fenômenos, e também para beneficiar ambientes nos quais se dá o processo de ensino e aprendizagem.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). *Cotidiano das escolas: entre violências*. Brasília: Unesco/Observatório de Violências nas Escolas/Ministério da Educação, 2006.

_____; RUA, Maria das Graças. (Coord.). *Violências nas escolas*. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna. Unaid. Banco Mundial. Usaid. Fundação Ford/Consed/ Undime, 2004.

ALVES, Luciana; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Em busca de alunos “mais calminhos”: processos ocultos de seleção de alunos em escolas públicas. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 35., 2012, Porto de Galinhas. *Anais*. Porto de Galinhas: ANPEd, 2012.

_____; PADILHA, Frederica; BATISTA, Antônio Augusto Gomes; ÉRNICA, Maurício; CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de. Desigualdades socioespaciais e concorrência entre professores por escolas. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 36., 2013, Goiânia. *Anais*. Goiânia: ANPEd, 2013.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do ensino*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares adolescentes. *Educação e Pesquisa*, v. 27, n. 1. p. 123-140, jan./jun. 2001.

CANDAU, Vera. *Escola e violência*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

CARDIA, Nanci. A violência urbana e a escola. *Contemporaneidade e Educação*. Rio de Janeiro: IEC, ano II, n. 2, 1997.

CASTRO, Maria Regina Bortolini de. *A vida e a morte nas representações de violência de crianças e adolescentes*. 1998. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 4, p. 432-443, jul./dez. 2002.

_____. Prefácio. In: ABRAMOVAY, Miriam. *Cotidiano das escolas: entre violências*. Brasília: Unesco/Observatório de Violências nas Escolas/Ministério da Educação, 2006.

COLEMAN, J. S. Desempenho nas escolas públicas. In: BROOKE, N.; SOARES, J. F. *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 26-32.

CORTI, Ana Paula de Oliveira. *Violência e indisciplina no cotidiano da escola pública: jovens espectadores, vitimizados e agentes de agressões*. 2002. 228f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

COSTA, Márcia Regina. *Os Carecas do subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

CRUBELLIER Maurice. *L'enfance et la jeunesse dans la société française 1800-1950*. Paris: Armand Colin, 1979.

DEBARBIEUX, Éric. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967-1997). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 1, 2001.

_____; BLAYA, Catherine. *Violência nas escolas – dez abordagens europeias*. Brasília: Unesco, 2002. p. 13-34.

DUBET, François. Plus d'école et après? *Enfances & Psy*, Paris, n. 16, p. 21-26, 2001.

DURKHEIM, Émile. *L'éducation morale*. Paris: Alcan, 1902.

_____. Conseqüência da definição precedente: caráter social da educação. In: _____. *Educação e Sociologia*. 3. ed. Tradução Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1952. p. 32-36.

ÉRNICA, Maurício; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Educação em território de alta vulnerabilidade social na metrópole: um caso na periferia de São Paulo*. São Paulo: CENPEC, 2011. Informe de Pesquisa n. 3.

GUIMARÃES, Áurea. *Escola e Violência: relações entre vigilância, punição e depredação escolar*. 1984. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia universidade Católica de Campinas, 1984.

GUIMARÃES, Áurea Maria. *A depredação escolar e a dinâmica da violência*. 1990. 471f. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

GUIMARÃES, Maria Eloísa. *Escola, galeras e narcotráfico*. 1995. 205f. Tese (Doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

LATERMAN, Ilana. *Violência e incivilidade na escola*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

PAIM, Iracema de Macedo. *As representações e a prática da violência no espaço escolar*. 1997. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

RODRIGUES, Anita Schumann. *Aqui não há violência: A escola silenciada (Um estudo etnográfico)*. 1994. 91f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos Ippur*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 15-26, 1999.

SILVA NETO, Cláudio Marques da. *(In)disciplina e violência no espaço escolar: aprendizagem e participação como fundamentos da ordem*. 2011. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SPOSITO, Marília Pontes. A instituição escolar e a violência. *Cadernos de Pesquisa* [on-line], n. 104, p. 58-75, 1998.

_____. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, 2001.

_____. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. *Revista USP*, São Paulo, n. 57, p. 210-226, mar./maio 2003.

TORRES, Haroldo da Gama et al. Educação na periferia de São Paulo: como pensar as desigualdades educacionais? In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben. *A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Faperj; Montevideú: Ippes, 2008. p. 59-90.

VAN ZANTEN, Agnès. Efeitos da concorrência sobre a atividade dos estabelecimentos escolares. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 126, p. 565-593, set./dez. 2005.